

DEMOCRACIA EM REDE: A ESPETACULARIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Juliana Janaína Tavares Nóbrega
jujatn@ig.com.br
(Universidade Metropolitana de Santos)

Resumo

A concepção de sociedade em rede está diretamente relacionada às novas possibilidades de comunicação e fluxos de informações disponíveis com as mídias atuais cada vez mais dinâmicas e interativas. Em diversos países, e nos últimos anos no Brasil, estas mesmas mídias viabilizaram movimentos sociais, mas principalmente uma nova roupagem no discurso político civil e da própria democracia. Todavia, seria este processo uma efetivação da democracia ou seria uma espetacularização da política para a manutenção de certo poder? Desta forma, a presente pesquisa traz como questão problema: como a sociedade em rede promove a democracia e poder político nas mídias? Como objetivo, investigar a proposta de discurso político e de democracia nas mídias atuais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, fundamentada nas leituras de Castells (2009), Rancière (1996, 2009, 2014) Bourdier (1997), Debord (2003), Chauí (2010), dentre outros autores. Os resultados apontam para uma manutenção política ideológica adequada e disseminada pelas “novas mídias”, contrariando a ideia de sociedade em rede como forma de politização e cidadania civil.

Palavras-chave: sociedade em rede; política; democracia; comunicação e poder.

Mesa 2 - El espacio global

Introdução

Ao falarmos de sociedade em rede, conceito supostamente contemporâneo, esquecemos por vezes que a verdadeira rede, ou teia, está presente no cerne da concepção da própria sociedade. O emaranhado de valores, ideias, mediados pela linguagem, se faz presente nas relações sociais como determinante e determinado pelas existências e liberdades individuais. É nesta teia que criamos formas diferentes de nos relacionarmos com os outros e com o mundo a nossa volta, que buscamos em toda esta complexidade da rede compreender, a partir do o sujeito, as relações sociais, de comunicação e de poder.

Podemos observar que no decorrer da história, quem tem o poder da transmissão da palavra, detém o poder político (ou o contrário, quem tem o poder político é que pode prover o discurso), dessa forma, a palavra é que materializa a ideia e possibilita uma interação significativa social, muitas vezes de domínio. “O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a ‘possui’.” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). Assim, ter a palavra não é compreender a linguagem, mas “possuí-la” e, na prática, a política, mesmo na democracia, tem sido feita por esta minoria. O poder do próprio Estado se dá pela coerção, muitas vezes pela violência, mas acima de tudo pela comunicação. É por meio da comunicação que se produz significados e determina comportamentos, pois esta é a materialização de ideologias.

No contexto atual, tais relações se colocam em nova instância quando agregam o fator da facilidade e agilidade de transmissão da palavra, principalmente por meio das

chamadas TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação). É inegável que estas “ganham uma dimensão central dentro dos processos sociais, atuando como ferramenta e espaço para as práticas políticas contemporâneas, abrindo novas possibilidades para a ampliação de mecanismos de democracia [...]” (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014b, p. 209). Com as TICs, o poder da palavra parece estar mais acessível a um número maior de pessoas, trazendo uma possibilidade de efetivação da democracia “real”. Será?

É neste contexto e conteste que se dá o trabalho a seguir, que tem como questão problema: como a sociedade em rede promove a democracia e poder político nas mídias? O objetivo da pesquisa é investigar a proposta de discurso político e de democracia nas mídias atuais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, fundamentada nas leituras de Castells (2009), Rancière (1996, 2009, 2014) Bourdier (1997), Debord (2003), Chauí (2010), dentre outros autores.

1. Sociedade em rede: a comunicação como forma de poder

As diferentes concepções de sociedade em rede atuais apontam para as novas possibilidades de produzir, divulgar e reproduzir informações em questão de segundos com as interfaces digitais.

Para dar conta da complexidade do mundo atual e suas constantes mudanças, as redes se apresentam não como outra forma de estrutura, mas uma não estrutura, já que possui a habilidade de fazer-se e desfazer-se de tempo em tempo. Sendo o sistema de rede passível de modificações e reconfigurações para adaptar-se a diferentes contextos. (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014b).

Na vida social, as redes são estruturas comunicativas. Nas redes sociais e organizativas os atores sociais promovem seus valores e interesses, interagindo com outros atores na origem de criação e programação das redes (CASTELLS, 2009).

Assim, a palavra, linguagem, a comunicação permanecem como fundamentais nas relações sociais como fonte não só de produção cultural e de conhecimento, mas de poder. A sociedade em rede associada às tecnologias e mídias, da mesma forma que a teia social de outrora, mantém o poder pela palavra. “El poder en la sociedad red es el poder de la comunicación” (CASTELLS, 2009, p.85).

No contexto atual, é na interação da sociedade em rede que os homens constituem significados e, nesse processo, constroem teias de poderes e contrapoderes.

As relações de poder tomam uma nova roupagem, mas permanecem em sua essência e possibilidades de ação, enquanto “[...] capacidad relacional que permire a un actor social influir de forma asimétrica en las decisiones de otros actores sociales de modo que se favorezcan la voluntad, los intereses y los valores del actor que tiene el poder” (CASTELLS, 2009, p.32). As relações e posicionamentos nas redes constroem estruturas e discursos que influenciam ou inibem tomadas de decisões, seja no âmbito formal ou informal da política; da mesma forma, dão acesso diferenciado as informações e direitos. Sabedores do poder intensificado da comunicação na sociedade em rede, redes empresariais, religiosas e políticas partidárias se unem às diferentes mídias para produzir e difundir discursos políticos-ideológicos concretos (CASTELLS, 2009).

Sendo os meios de comunicação tradicionais, propriedades privadas de indivíduos e grupos, certamente representam seus interesses e vendem imagens, simulacros que representam o real desejado para o consumo de seus espectadores. Assim, a notícia é transmitida como representação parcial e intencional da realidade por um determinado grupo social. Cabe então a ideologia, além de transmitir o que se quer

(valores, ideias, gostos, etc.) camuflar o real papel da informação transmitida pelos meios de comunicação de massa: desinformar e alienar.

Os meios de comunicação, tradicionais como a televisão ou mais atuais como as próprias redes sociais, representam o *eidolon*/imagem, uma representação, uma percepção da ideia (eidós), em que há um intermediário, um meio. (CHAUÍ, 2010) Assim, os novos mecanismos trazidos pela tecnologia na sociedade em rede produzem informações, mas são representações parciais do real, viabilizando manutenção do poder da palavra para poucos, ainda que “[...] os mecanismos comunicacionais da internet criam a oportunidade para que grupos possam se engajar na vida pública, [...] afirmem suas identidades coletivas, participem do debate público [...]” (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014b, p. 2012), esse engajamento muitas vezes, não é fruto de uma consciência política e social, mas de uma “[...] sociedade individualizada de massa, assim identificada com a democracia” (RANCIÈRE, 2014, p. 31). Neste aspecto, faz-se necessária uma discussão acerca da concepção e prática possível ou desejada da democracia, que se segue.

2. A esteticidade política: a democracia como espetacularização do poder.

No discurso político contemporâneo, a participação cidadã se mostra como o elemento primordial para a garantia e manutenção de uma sociedade democrática, e esta, por sua vez, a utopia resguardada como melhor e maior verdade sobre a possibilidade de igualdade entre os sujeitos, ainda que, em sua raiz grega, a democracia era diretamente vivida somente por 10% da população que era considerada cidadão, excluindo 90% dos habitantes de Atenas, os quais não tinham as condições básicas exigidas para o exercício político.

Assim, a política não seria para todos, mas uma prática restrita a poucos setores da sociedade. Todavia, as propostas que se seguiram na história da democracia, remontam uma participação coletiva social, buscando reconhecer a vontade da maioria ou a vontade geral.

A democracia tem como pressuposto o conflito, e este é considerado legítimo e necessário. Não se trata de um regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos (CHAUÍ, 2008). Dessa forma, se apresenta um “[...] paradoxo democrático: a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele” (RANCIÈRE, 2014, p. 17). É no decorrer de suas obras políticas que Jacques Rancière tece algumas definições de democracia pouco populares, já que remontam a todo o poder e ação do político como teoricamente democráticos por dever tratar dos interesses da sociedade como um todo, em contrapartida, a democracia em si, vivida em séculos em diversos países, seria mero discurso de calmaria para não alarmar o povo de sua não governança, ou seja, uma falácia em que as oligarquias (ou burguesias) continuam no poder, só que com o consentimento do povo.

Assim, algumas definições de democracia para o autor vão, aos poucos, remontando a relação entre a democracia promulgada pelas elites e vivenciada e a possibilidade de democracia “real”:

[...] um regime de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições de palavra, de desregulação das partilhas do espaço e de tempo. Esse regime estético da política é propriamente a democracia, regime das assembleias de artesãos, das leis escritas intangíveis e da instituição teatral. (RANCIÈRE, 2009, p. 18).

A “sociedade democrática” é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no

presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito. (RANCIÈRE, 2014, p. 68).

Dessa forma, se as leis e as instituições da democracia formal são as aparências forjadas como instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa, a luta contra essas aparências tornou-se então a possibilidade de mudança para uma democracia “real”, em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas encarnadas formas da vida material e da experiência sensível (RANCIÈRE, 2014). Da mesma maneira, temos hoje a concepção atual participação cidadã como processo pelo qual “[...] o cidadão toma parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos” (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014b, p. 2013).

“A partilha democrática do sensível [...] tira o artesão do “seu” lugar, o espaço doméstico do trabalho, e lhe dá o “tempo” de estar no espaço das discussões públicas e na identidade do cidadão deliberante” (RANCIÈRE, 2009, p. 65). No entanto, a democracia realizada da política estetizada, carrega consigo as ideias produzidas pela ideologia, alienação e fetichismo da mercadoria, reproduzidas como verdadeiras e transformadas em imagens contempladas: o espetáculo que denuncia Debord. A democracia presente veio com discursos justificados da implementação dos preceitos liberais da liberdade individual e da propriedade acima de qualquer visão coletiva.

[...] os direitos do homem são os direitos dos indivíduos egoístas da sociedade burguesa. [...] os indivíduos egoístas são os homens democráticos. [...] o estado de nosso mundo tal como o moldou o homem democrático em suas diversas figuras: consumidor indiferente de medicamentos ou sacramentos; sindicalista que tenta tirar cada vez mais do Estado-providência; representante de minoria étnica que exige o reconhecimento de sua identidade; feminista que milita a favor das cotas; aluno que considera a escola um supermercado onde o cliente é quem manda (RANCIÈRE, 2014, p. 29).

É a *sociedade individualizada de massa* que busca por seus direitos promulgados, independente da coletividade e engajamento político, são consumidores narcisitas das possibilidades de benefícios individuais cuja soma supõem ser a harmonia social e que variam suas escolhas eleitorais tal qual variam seus prazeres íntimos (RANCIÈRE, 2014). No contexto ideológico de velamento das desigualdades sociais, a democracia atual aponta para a transformação do reino da exploração em reino da igualdade, dispondo como igualdade democrática a “troca igual” da prestação mercantil. Dessa forma, a igualdade travada pelos direitos humanos e mesmo do homem democrático em uma análise mais profunda e atualizada do próprio Marx, seria a máscara da “igualdade” da relação de exploração.

Dessa forma, sob o discurso dos direitos e da democracia, todas as ações são legitimadas, independente de questões éticas ou mesmo de respeito ao outro, já que todas as práticas individuais que poderiam ser questionadas perante a coletividade, serão postas “na conta do indivíduo democrático” (RANCIÈRE, 2014, p. 41). Assim, a liberdade, e a “igualdade” providencial e de interesse ao mercado capitalista (e não de classe), são superiores e justificáveis em um contexto democrático, ao menos nos regimes que assim têm sido chamados.

É nesse momento que a palavra, o discurso e as possibilidades de comunicar e informar cria um simulacro do real que intensifica cada vez mais a não consciência política e social, o não reconhecimento do sujeito social, e a reprodução da ordem estabelecida “O espetáculo é, assim, uma atividade especializada que fala pelo conjunto

das outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica perante si própria, onde qualquer outra palavra é banida [...]” (DEBORD, 2003, p. 15).

A naturalização e banalização daquilo que é produção social, contextualizadas historicamente e ideologicamente, se dá pela negação da consciência e de qualquer possibilidade de compreensão racional do real, bem como do afastamento velado entre o homem e o homem, em que operam em seu lugar o *eidolon*, a representação do real por imagens e linguagens selecionadas que dizem o real pela materialização ideológica. Ao mesmo tempo, é também produto da supervalorização do indivíduo e sua pseudo-liberdade, já que “[...] sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo” (DEBORD, 2003, p.9).

O que se deseja afirmar aqui é que, os meios de comunicação, sejam ou não tradicionais, prosseguem muitas vezes com audiências focadas nos mesmos que sempre detiveram o poder da palavra, promulgando a disseminação de ideias. Este poder remete-se não só ao capital, mas, sobretudo, a um status político-ideológico. Se hoje existe um maior acesso a produção e busca de informações diferenciadas, que possibilitam maior engajamento dos cidadãos e efetivação da democracia “real”, não significa que o poder manipulador e massificador da comunicação nas mídias foi minimizado necessariamente: o espetáculo continua, mas legitimado pelo individualismo da massa democrática.

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de o efeito de real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas e etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o ato de relatar, to *record*, como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou desmobilização) (BOURDIEU, 1997, p. 28).

O trecho acima descrito por Bourdieu em 1997 certamente pode remontar um fato muito recente no Brasil, as grandes manifestações realizadas nos últimos anos mobilizaram pessoas por “lutas individuais em grupo”, cujas palavras de ordem a floraram sentimentos fortes de xenofobia e ódio. Enquanto muitos afirmavam que o brasileiro estava acordando para a política e lutando para a garantia de seus direitos (único “interesse democrático” dos grupos), em uma visão mais crítica, observadora e contextualizada da realidade do país, o que se pode verificar foi um efeito da espetacularização da política nos meios de comunicação que evocou mobilizações em prol dos interesses particulares de grupos, empresários e políticos.

Considerações Finais

Em um discurso, diria precipitado e simplório, a sociedade em rede pode ser considerada sinônimo não só de maior interação social, mas também de mobilização, conscientização e atuação política. Todavia, mesmo em um contexto democrático e de grande desenvolvimento e acesso às tecnologias, as relações de poder se presentificam e permeiam o processo de produção e transmissão da palavra, do discurso, que hoje, mais do que nunca, se apresenta nos meios de comunicação, nas mídias.

O sistema midiático, ou mesmo meios de comunicação como a internet representam interesses, sejam a favor ou contrários ao Estado. Os detentores dos meios de comunicação hoje representam o poder político por meio da informação, assim agrupam várias linguagens para maior abrangência de divulgação de suas verdades. No que percebemos os oligopólios da mídia, em que os mesmos grupos detêm o direito de atuar em canais de televisão, jornais, revistas e internet, sendo estes mesmos proprietários muitas vezes ocupantes de cargos políticos e/ou religiosos.

Ainda que qualquer um tenha acesso a criar um blog, divulgar mensagens nas redes sociais, dentre outras possibilidades de interação nas redes, a credibilidade e fonte das informações e notícias divulgadas nestes espaços, em geral, remonta aos meios de comunicação ditos tradicionais. Ou seja, a dita população (exceto estes grupos da mídia tradicional ou jornalistas de forma geral) mesmo que criem ou interajam em diferentes espaços da rede, fundamentam suas falas de forma isolada a mensagens divulgadas pela “grande mídia”.

De forma geral, o que temos observado no Brasil é o uso das redes sociais para situações cotidianas e autoexposição, mesmo quando percebemos uma discussão dita política nos últimos anos, pouco há de criação ou proposta de diálogo, mas um monólogo de muitos unidos, que reproduzem discursos velados e não tão velados assim da mídia tradicional, por vezes um discurso de ódio e individualismo. A grande parte da população ainda é consumidora de informação e pouco sabe selecionar um universo de possibilidades delas que a rede proporciona, retomando sempre o que é proposto pelo espetáculo midiático que seja discutível no momento. O que não aparece na “grande mídia” ainda é restrito a uma minoria da sociedade brasileira que, apesar de ser uma das maiores usuárias das redes sociais, parece que não descobriu para que serve além do espetáculo.

Referências

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. 2ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Barcelona: Alianza Editorial, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder – Uma análise da mídia**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. SP. 2ª reimpressão, 2010.

PENTEADO, Claudio Luis De Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. In BRAGA, S.; SILVEIRA, S. A.; PENTEADO, C. L. **Cultura, política e ativismo nas Redes Digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014a.

PENTEADO, Claudio Luis De Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. **Democracia, Sociedade Civil Organizada e**

internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. Sociologias, vol. 16, núm. 36, mayo-agosto, 2014b, pp. 206-235.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento, política e filosofia.** Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível, estética e política.** Tradução Monica Costa Netto. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia.** Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.